



GT 21. Buscando a vida em paisagens incertas

Coordenador(es):

Federico Neiburg (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Thomas Jacques Cortado (Unicamp)

Sessão 1

Debatedor/a: Thomas Jacques Cortado (Unicamp)

Sessão 2

Debatedor/a: Rodrigo Charafeddine Bulamah (UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo)

Sessão 3

Debatedor/a: Federico Neiburg (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Nos últimos anos, a antropologia tem se engajado em uma crítica etnográfica ao conceito de vida, questionando binarismos que opõem vidas biológicas e vidas biográficas, naturais e sociais, os universos da vida e da morte, das vidas humanas e mais-que-humanas. Esses questionamentos ganham urgência diante de processos contemporâneos como a dessalarização do trabalho, a precarização do emprego, a carestia, as crises ambientais, o deslocamento de populações, colocando em jogo os conceitos de sobrevivência e de vida plena, de sorte, destino e força que informam as diferentes formas de se virar na vida. Interessa-nos enriquecer essa crítica de forma comparativa, aproximando contextos globais nos quais pessoas e coletivos buscam suas vidas (se viram, hacen sus vidas, make their living, chache lavi) em quadros de agudas mudanças que embaralham dimensões políticas, econômicas e ambientais. Buscamos assim revisar o próprio conceito de incerteza, retomando questões clássicas como as relações entre estrutura e conjuntura ou entre ordinário e extraordinário. Inspirados pelo tema do congresso, pensando não só saberes, mas também práticas insubmissas, convidamos a refletir de que forma as paisagens incertas envolvem perturbações nas perspectivas temporais, enquanto estados passageiros ou permanentes, compondo espaços de experiência ou horizontes de expectativas, interagindo com as relações entre gerações, mobilizando metáforas e analogias ou produzindo novos conceitos e formas associativas.

A busca pelo direito à saúde no avançar da crise: precariedade e incerteza na gestão de litígios de saúde no Rio de Janeiro

Autoria: Lucas de Magalhães Freire (FGV)

Em dezembro de 2015, o Governo estadual decretou o estado de emergência na saúde pública devido à grave crise financeira que atingia o país, em especial o estado do Rio de Janeiro. Poucos meses depois, em meados de 2016, foi decretado o estado de calamidade pública nas finanças estaduais. Desde então, uma série de medidas de austeridade e projetos de reorganização de serviços públicos de saúde foram propostos por gestores dos âmbitos municipal, estadual e federal como soluções para a crise fiscal. Dentre os diferentes planos anunciados, houve, por exemplo, a reformulação dos critérios de acesso ao programa Farmácia Popular, responsável por subsidiar o preço de determinados medicamentos para que a parcela mais pobre da população tenha acesso a tratamentos de qualidade. Em um cenário como esse, o fenômeno da judicialização da saúde altera-se radicalmente tanto em termos quantitativos, pois há um aumento acelerado do número de novos processos; quanto qualitativos, uma vez que há sensíveis mudanças no perfil dos demandantes, bem como das demandas apresentadas aos Tribunais de Justiça no que diz respeito ao direito à saúde. A partir das histórias de pessoas que pude acompanhar durante uma etnografia realizada em



órgão público chamado Câmara de Resolução de Litígios de Saúde (CRLS) ao longo do ano de 2017, discuto de que maneira o recurso ao Judiciário e aos meios extrajudiciais de mediação institucional se configuram enquanto modos de tentar contornar os efeitos dessa ?crise? e da precariedade originada por tais políticas de austeridade. Isto é, busco descrever como se dá ?clamor por justiça? diante de incertezas, esperas intermináveis e precariedade material experimentados nas unidades públicas de saúde. Assim, pretendo abordar como os sujeitos recorrem ao que muitas vezes é nomeado por ?Justiça? para garantir o seu ?direito à saúde? em um contexto marcado por distintos tipos de escassez: de medicamentos, de profissionais, de materiais esterilizados, de equipamentos para a realização de exames, entre outros.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: